

FLS 6381 - REPRESENTAÇÃO, INFLUÊNCIA E COMPETIÇÃO

Professores Responsáveis

Fernando Limongi, Bruno Wilhelm Speck e Wagner Pralon Mancuso

O curso abordará as relações entre representação, recursos e competição a partir de diversos ângulos diversos. O objetivo é levar os alunos a tematizar a relação entre os termos listados no título do curso, estimulando a realização de pesquisas empíricas sobre o tema.

O curso está baseado em aulas expositivas, seminários e exercícios. São três módulos, cada um deles organizado em torno de uma abordagem específica sobre o tema. O material para leitura será disponibilizado no Tidia.

Avaliação

Os alunos terão que escrever resenhas semanais e participar dos seminários e discussões em classe. A nota final será a média das notas semanais obtidas pelos alunos.

Programa

Introdução (22.3.)

Módulo I. Eleições em contexto histórico.

1. Governo representativo: influência e corrupção (29.3.).
2. Governo oligárquico: as despesas eleitorais na Primeira República (5.4.).
3. Fundo Partidário e mobilização eleitoral: a emergência da democracia no Brasil (12.4.).

Módulo II. Recursos na disputa eleitoral

4. O financiamento político em perspectiva comparada (26.4.).
5. O horário eleitoral e fundo partidário no Brasil (10.5.).
6. Determinantes da arrecadação dos recursos privados nas campanhas (17.5.).
7. O impacto dos recursos nas campanhas eleitorais (24.5.).

Módulo III. Dinheiro e comportamento político

8. O impacto do financiamento político e do lobby sobre o comportamento de servidores públicos eleitos e não-eleitos (31.5.).
9. Interesses, recursos e influência política: abordagens quantitativas (7.6.).
10. Interesses, recursos e influência política: abordagens qualitativas (14.6.).
11. Como estudar a influência do financiamento político e do lobby sobre o comportamento dos agentes políticos no Brasil? (21.6.)
12. Idem. (28.6.).

Programa com Bibliografia

1. Governo representativo: influência e corrupção.

O ponto de partida para este módulo é a premissa adotada por Bernard Manin: eleger é distinguir. Assim, para ser eleito, o candidato precisa lançar mão de recursos ou deter algum tipo de influência sobre os eleitores. No debate político do Século XIX, a influência dos mais ricos sobre os mais pobres era vista como legítima, enquanto a exercida pelos governantes (reis em especial) e financistas era tida como ilegítima ou corrupta. Nesta visão, a independência econômica é associada à virtude política, enquanto a pobreza ou carência é atrelada à corrupção. Esta aula introduzirá estas questões.

Bibliografia:

Bernard Manin. 1997. *The Principles of Representative Government*. Cambridge University Press. Capítulo 4 (pags 132 a 161).

Edmund Morgan. 1989. *Inventing the People*. Norton. Introduction to Part 1 (pags 13, 14 e 15) Cap 7 (pags 153 a 173) and Epilogue (pags 288a 306).

John Stuart Mill. [1972] *Considerations on Representative Government*, Chapter 8 (pages 299-317). London: Everyman's Library.

2. Oligarquia e despesas eleitorais

Nesta aula iniciamos a discussão de aspectos práticos da legislação eleitoral que tratam da forma como despesas eleitorais se traduzem em influência. O foco recai sobre a caracterização do governo oligárquico ao longo da Primeira República e sobre os esforços de reforma da legislação eleitoral relacionados à competição por votos. O caso brasileiro será usado para destacar a redefinição de corrupção que, neste segundo momento, passa a ser vista como exercício da coação sobre o eleitor.

Bibliografia:

Posada-Carbó, Eduardo. 2000. *Electoral Juggling: A Comparative History of the Corruption of Suffrage in Latin America, 1830-1930* in *Journal of Latin American Studies* 32, pags 611-644

Victor Nunes Leal. 1993. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Cap 1 (pags 19 a 26, 35-57) e cap 6 (pags 240 a 249)

Domingos Velasco. 1935. *Direito Eleitoral*. (pags 11 a 32, 74 a 87, 118 a 122, 125 a 137)

3. Fundo Partidário e mobilização eleitoral: a emergência da democracia no Brasil.

Nesta aula vamos acompanhar os debates parlamentares que dão conta das reações das elites políticas brasileiras ao advento das eleições competitivas. Políticos passam a defender a necessidade de ser ressarcidos pelas crescentes despesas eleitorais que a competição eleitoral traz consigo. Ao longo destes debates é possível observar a ressignificação da associação entre independência econômica e virtude. O foco da

corrupção passa do controle sobre o eleitor para a influência do dinheiro e dos interesses especiais sobre os políticos.

Bibliografia

Rokkan, Stein. 1961. Mass suffrage, Secret Voting and Political Participation in Europe. *European Archives of Sociology* 2, 132-52.

Diário do Congresso Nacional. Debates selecionados.

4. O financiamento político em perspectiva comparada.

Esta aula tratará da comparação entre sistemas de financiamento político nas democracias atuais. Abordamos trabalhos que buscam explicar a gênese das regras de financiamento, bem como tentativas de avaliar o seu impacto sobre o sistema político. Apresentaremos o banco de dados do IDEA, com informações sobre a regulação do financiamento em 180 países.

Bibliografia:

Ingrid van Biezen: Political parties as public utilities, in: *Party Politics*, Vol. 10. No. 6, p. 701–722

Susan E. Scarrow: Explaining political finance reforms: Competition and Context, in: *Party Politics*, Vol. 10, No. 6, p. 653–675.

Vincent G. Moscardelli, Moshe Haspel: Campaign Finance Reform as Institutional Choice. *Party Difference in the Vote to Ban Soft Money*, in: *American Politics Research*, Vol. 35 No. 1, 2007, p. 79-102

Adam Winkler: "Other People's Money": Corporations, Agency Costs, and Campaign Finance Law, *Georgetown Law Journal*; Jun 2004; 92, 5; Academic Research Library.

5. Horário eleitoral, fundo partidário e a tese da cartelização do sistema partidário.

Um dos debates na ciência política vincula o financiamento público dos partidos aos sistemas partidários, resultando na controversa tese sobre a cartelização dos partidos políticos. Esta aula recapitula os principais textos desta controvérsia e explora a sua aplicação ao caso brasileiro a partir de dados sobre o uso do tempo e recursos públicos nas eleições.

Bibliografia:

Richard S. Katz, Peter Mair: Changing Models of Party Organization and Party Democracy : The Emergence of the Cartel Party, in: *Party Politics*, vol. 1, no. 1, 1995, p. 5-28.

Ruud Koole: Cadre, catch-all or cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party, in: *Party Politics*, vol. 2, no. 4, 1996, p. 507-523.

Richard S. Katz, Peter Mair: Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder, in: *Party Politics*, vol. 2, no. 4, 1996, p. 525-534.

Jon Pierre, Lars Svåsand, Anders Widfeldt: State subsidies to political parties: Confronting rhetoric with reality, in: *West European Politics*, vol. 23, no. 3, 2000, p. 1-24.

Richard S. Katz, Peter Mair: The Cartel Party Thesis: A Restatement, in: *Perspectives on Politics*, vol. 7, no. 4, December 2009, p. 753-766.

Jairo Nicolau: Parties and democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward cartelization, in: em Lawson, Kay & Lanzaro, Jorge (eds.). *Political parties and democracy*, vol.1: The Americas. Santa Barbara: Praeger, 2010, p. 101-126.

Bruno Wilhelm Speck, Mauro Macedo Campos: Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil, in: *Teoria e Pesquisa. Revista de Ciência Política*, vol. 23, no. 2, 2014, p. 12-40.

6. Determinantes da arrecadação dos recursos privados nas campanhas.

Quais são os fatores de demanda (por parte dos competidores), de oferta (por parte dos financiadores) e de contexto que influenciam a arrecadação de recursos nas campanhas eleitorais no Brasil? Revisamos textos publicados que tentam responder esta questão, analisamos modelos explicativos e elaboramos modelos de pesquisa que possam contribuir para responder estas questões a partir dos dados disponíveis desde 2002.

Bibliografia:

Arnold J. Heidenheimer: Comparative party Finance: Notes on Practices and Toward a Theory, in: *The Journal of Politics*, vol. 25, no. 4, 1963, p. 790-811.

Stephen Ansolabehere, John M. de Figueiredo, James M. Snyder Jr.: Why Is There so Little Money in U.S. Politics?, in: *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 17, No. 1 (Winter, 2003), pp. 105-130.

Iain Mcmenamin: If Money Talks, What Does It Say?: Varieties of Capitalism and Business Financing of Parties, in: *World Politics*, Volume 64, Number 1, January 2012, pp. 1-38.

7. O impacto dos recursos nas campanhas eleitorais.

Dinheiro de campanha rende votos nas eleições? Para responder esta questão partimos de uma resenha da literatura internacional e dos textos sobre analisando o caso brasileiro. Um tema central desta releitura será a tese do Efeito Jacobson (a respeito do rendimento diferenciado do dinheiro sobre os votos). Discutimos estratégias de pesquisa para explorar a questão a partir dos dados disponíveis a partir de 2002.

Bibliografia:

Gary C. Jacobson: The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections, *The American Political Science Review*, Vol. 72, No. 2, (Jun., 1978), pp. 469-491.

Gary C. Jacobson: Money and votes reconsidered: Congressional elections, 1972-1982, in: *Public Choice*, vol. 47, 1985, p. 7-62.

Donald Philip Green, Jonathan S. Krasno: Salvation for the Spendthrift Incumbent: Reestimating the Effects of Campaign Spending in House Elections, in: American Journal of Political Science, Vol. 32, No. 4 (Nov., 1988), pp. 884-907.

Steven D. Levitt: Using Repeat Challengers to Estimate the Effect of Campaign Spending on Election Outcomes, in: The Journal of Political Economy, Vol. 102, No. 4 (Aug., 1994), pp. 777-798.

Gary C. Jacobson: Measuring campaign spending effects in US House elections, in: Hendry E. Brady, Richard Johnston (eds): Capturing Campaign Effects, University of Michigan Press, 2006, p. 199-220.

Bruno Wilhelm Speck, Wagner Pralon Mancuso: A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance, in: Brazilian Political Science Review, vol. 8, no. 1, 2014, p. 34-57.

8. O impacto do financiamento político e do lobby sobre o comportamento de servidores públicos eleitos e não-eleitos.

Financiamento político e lobby são duas formas alternativas e complementares de ação política dos interesses organizados. A ideia dessa aula é discutir o impacto desses modos de ação política sobre o comportamento de servidores eleitos e não-eleitos.

Bibliografia:

Adam Przeworski. Money, politics, and democracy – Paper apresentado em seminário do DCP-USP de 2011.

Wagner Pralon Mancuso; Andréa Cristina O. Gozetto – "Lobby e políticas públicas" in: Melina Rocha Lukic e Carla Tomazini (orgs.). As ideias também importam: abordagem cognitiva e políticas públicas no Brasil, Curitiba: Editora Juruá, 2013.

Wagner Pralon Mancuso. "Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa". Revista de Sociologia e Política, Vol. 23, No. 54, 2015.

9. Interesses, recursos e influência política: abordagens quantitativas.

Os textos debatidos nessa aula apresentam resultados de pesquisas, baseadas em métodos quantitativos, sobre o efeito do financiamento político e de ações de grupos de interesse em decisões políticas.

Bibliografia:

Richard Smith. "Interest Group Influence in the U.S. Congress" in: Legislative Studies Quarterly, Vol. 20, Nº 1, 1995.

Jan Potters; Randolph Sloof. "Interest Groups: A Survey of Empirical Models that Try to Assess their Influence" in: European Journal of Political Economy, Vol. 12, 1996.

Jeffrey Winters; Benjamin Page. "Oligarchy in the United States?" Perspective on Politics, Vol. 7, No. 4, 2009.

Martin Gillens; Benjamin Page. "Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens". Perspectives on Politics, Vol. 12, No. 3, 2014.

10. Interesses, recursos e influência política: abordagens qualitativas.

Os textos debatidos nessa aula apresentam resultados de pesquisas, baseadas em métodos qualitativos, sobre o efeito da ação dos interesses organizados sobre decisões políticas.

Bibliografia:

Jacob Hacker; Paul Pierson. "Winner-Take-All Politics: Public Policy, Political Organization, and the Precipitous Rise of Top Incomes in the United States". *Politics & Society*, Vol. 38, No. 2, 2010.

Jacob Hacker; Paul Pierson. "After the "Master Theory": Downs, Schattschneider, and the Rebirth of Policy-Focused Analysis". *Perspectives on Politics*, Vol. 12, No. 3, 2014.

11./12. Como estudar a influência do financiamento político e do lobby sobre o comportamento dos agentes políticos no Brasil?

Esta aula será dedicada ao debate sobre formas de se estudar, com metodologias quantitativas e qualitativas, o efeito do lobby e do financiamento político sobre decisões tomadas por servidores públicos eleitos e não eleitos no Brasil

Material usado:

- Bases de dados da Justiça Eleitoral sobre receitas e despesas de partidos e de campanhas eleitorais;
- Registros de atividades e votações realizadas no âmbito das comissões e dos plenários da Câmara e do Senado (incluindo o banco de dados legislativos do CEBRAP);
- Debates travados em pontos de decisão das duas Casas, e também no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, que tenham sido relevantes ao longo da tramitação de projetos de lei emblemáticos para grandes financiadores de campanhas ou grupos de interesse;
- Perfil biográfico dos ocupantes de postos-chave na tramitação de projetos importantes para grandes financiadores de campanhas/grupos de interesse etc.